



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80 ANOS DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: a influência norte americana na construção da identidade profissional e seus rebatimentos na atualidade

Proponente:

Mariana Figueiredo de Castro Pereira

Natureza do trabalho: Reflexão teórica

Eixo: III: SERVIÇO SOCIAL, FUNDAMENTOS, FORMAÇÃO E TRABALHO
PROFISSIONAL/Fundamentos

Formação e titulação do proponente:

Mestre em Serviço Social pela PUC – RJ, Graduação em Serviço Social pela UFRJ.

Instituição:

Professora e pesquisadora do curso de Serviço Social do Centro Universitário Gerlado di Biase – UGB/RJ

Contatos:

(21) 98286-2488/ E-mail: marianafcp12@gmail.com

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo o debate em torno da trajetória histórica do Serviço Social brasileiro, profundamente influenciado pelo Serviço Social norte americano nos anos 40 e 50, analisando se existem rebatimentos no cenário profissional atual.

Palavras-chave: *Serviço Social, Tecnicismo, Brasil, Estados Unidos*

Abstract:

This paper aims to debate on the historical trajectory of the Brazilian Social Work, deeply



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



influenced by the Social Service North American in the 40 and 50, analyzing whether there are repercussions in the current scenario.

Keywords: *Social Work, Technicality, Brazil, United States of America.*

Introdução

Embora seja bastante conhecida a literatura sobre as origens da profissão no início do século XX, verifica-se pouca produção brasileira acerca do desenvolvimento específico da profissão em alguns países, em especial nos EUA, visto sua influência no país nos anos 40 e 50. O ingresso das ciências sociais norte-americanas combinado a um intercâmbio entre escolas de serviço social, rebateram não somente nos currículos e disciplinas, mas também num movimento profissional de tentativa de teorização e na emersão de um status profissional que até então a profissão não havia alcançado.

É consenso que as ideias de Mary Richmond e Jane Adams, assim como das teorias de cunho funcionalista e positivista, repercutiram enormemente sobre as assistentes sociais brasileiras e que muitas foram interpretadas equivocadamente quando chegaram ao Brasil, contudo, identificam-se traços reatualizados na cena profissional contemporânea.

Tal inquietação se alicerça na observação de novas exigências burocrático-administrativas e de capacitação complementar postas aos assistentes sociais atualmente, que distanciam as particularidades da profissão e pulverizam suas atribuições privativas, como em casos de contratação de profissionais em Ouvidorias e em alguns Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, principalmente em municípios de pequeno porte, onde as funções do assistente social e do psicólogo são reconhecidas institucionalmente como iguais.

1. O Serviço Social Norte americano: breve recorte histórico

O que convencionalmente se chama de Serviço Social norte-americano, ou *Social Work*, deve-se à atuação pioneira de mulheres como Mary Richmond e Jane Addams, que em muito suas obras repercutiram na institucionalização do Serviço Social no Brasil. De antemão, cabe apontar a dificuldade em encontrar bibliografia traduzida para o português sobre outras pioneiras e pioneiros, restringindo o debate a partir de obras como as de Balbina Ottoni Vieira, Antônio Geraldo Aguiar e Ilda Lopes o que mostra a importância de produções mais atuais sobre o tema a fim de apontar como o Serviço Social recebeu a



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



influência do debate americano, se o mantêm ou já o superou por completo.

Como marco histórico podemos datar que o Serviço Social enquanto profissão nasce no início do século XX, e embora suas protoformas sejam anteriores, ele se institucionalizará na fase monopólica do capital. No Brasil, particularmente em razão do respaldo do governo Vargas e da Igreja Católica nos anos 30, que oferecerão mercado de trabalho e formação concomitantemente, verifica-se a sua inclusão na divisão sócio-técnica do trabalho e assim sua legitimação como um agente executor de políticas sociais. Porém outra tese acerca da constituição da profissão foi dominante no debate profissional.

A concepção de que o processo de racionalização da caridade e de organização da ajuda resultou na criação quase que natural da profissão foi largamente difundida por autoras como Mary Richmond, nos Estados Unidos, e posteriormente, por Balbina Ottoni Vieira, no Brasil. Tal tese será duramente criticada por Netto (1992), que a classifica como *ingênua*; e também por Yamamoto & Carvalho (1982), Yazbek (1993) e Faleiros (1980) embora em alguns países europeus essa tese ainda se mantenha como afirma Simões (2004).

A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à evolução da ajuda, à racionalização da filantropia nem à organização da caridade; vincula-se à *dinâmica da ordem monopólica*. É só então que a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, pública e socialmente, um caráter *profissional*: a legitimação (com uma simultânea gratificação monetária) pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da *ocupação* de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura; só então os agentes se reproduzem mediante um processo de socialização particular *juridicamente caucionada* e reiterável segundo procedimentos reconhecidos pelo Estado; só então o conjunto dos agentes (a categoria profissional) se laiciza (...). (NETTO, 1992: 73)

Partindo da obra de Vieira (1989), como forma de resgatar as primeiras concepções sobre a profissão, a autora descreve algumas ações e legislações voltadas à assistência pública e privada desenvolvidas nos séculos anteriores, como as Associações "Damas de Caridade" (1617) e as Sociedades Vicentinas (1833) de inspiração nas ideias católicas de Vicente de Paulo (1581-1660) que objetivavam "conhecer a realidade e a miséria mundana" e sistematizar a distribuição de doações e socorros numa perspectiva de "profissionalização do exercício da caridade" impulsionando a criação de diversas fundações religiosas e leigas.

A *Poor's Law* (Lei dos pobres), promulgada em 1601 pela Rainha Elizabeth I da Inglaterra e o sistema Elberfeld em 1852 na Alemanha constituíram-se importantes marcos de atuação do Estado sobre as camadas mais vulneráveis e pobres. Ainda que predominassem ações das instituições privadas de cunho religioso e filantrópico, se inauguravam ações organizadas pelo poder público que se desenvolveriam mais efetivamente a partir do século XIX num contexto bem diferente dos séculos anteriores: na



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

emergência das sociedades capitalistas.

O desenvolvimento do capitalismo é marcado pela revolução industrial no século XIX na Europa e o surgimento de duas classes antagônicas. O resultado desse novo modo de produção e reprodução conhece-se bem: resignificação do trabalho e do papel do homem sobre ele, mudanças na sociabilidade e nas relações familiares com incorporação de toda a família ao árduo labor industrial, migração para os centros urbanos em virtude da privatização das terras públicas, e a oferta de salários dentro do limite da sobrevivência combinando-se assim ao aumento da pobreza e miséria. Tais expressões exigiram novas relações entre Estado e sociedade, via regulamentação da vida social, expressa em leis sociais e trabalhistas, em vista da emergência da “Questão Social”.

O conceito em torno da “Questão Social”, do qual o Serviço Social brasileiro se utiliza fortemente, provém “(...) do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982:77)

Esse termo, no entanto, não é encontrado na produção e debate do Serviço Social norte-americano, tendo associação direta com o contexto de surgimento da profissão no Brasil e na América Latina e a partir do Movimento de Reconceituação da profissão nos anos 80. Enquanto no Brasil o Serviço Social encontra-se vinculado à Ação Social da Igreja Católica, tendo como referências as encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, no cenário estadunidense a profissão se configurará de forma diferenciada.

Carvalho (2012 apud GALLEGO, 2009) identifica que o surgimento do Serviço Social no mundo relaciona-se a alguns contextos: os movimentos de investigação e reforma social, que incitaram o surgimento e desenvolvimento de pesquisas sobre a área social vendo-a como terreno científico e buscando o estudo *in loco* sobre a miséria e suas causas; novas determinações e intervenções do Estado sobre a sociedade; movimentos de organização da caridade e das obras filantrópicas e o movimento feminista, que possibilitou o ingresso da mulher no cenário público e político, como Jane Addams e Octavia Hill.

No contexto norte-americano verifica-se que a expansão industrial associada às migrações rurais e à imigração resultou em um intenso fluxo de pessoas e de urbanização. A importação das ciências sociais européias desencadeou um novo campo de estudo, interessado na nova dinâmica societária burguesa combinada a um caldeirão multicultural onde emergiam ações de violência e miséria. Apesar da inovação do campo científico Carvalho (2012) aponta uma divisão quanto à forma de atender as refrações do capitalismo: de um lado um grupo que defendia a atuação do Estado centrando-se na promoção



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



humana, e de outro, um que concebia o atendimento pela via da assistência e onde a responsabilidade deveria ser da iniciativa privada, fossem instituições laicas ou religiosas sob a via do voluntariado e ação das “visitadoras” ou “trabalhadoras da caridade” (*charity workers*).

Desse segundo grupo resultaram as *Charities Organization Societies* – C.O.S – criadas em Londres em 1869 e posteriormente nos Estados Unidos em 1877 e que tiveram papel significativo na coordenação das obras particulares. Seus objetivos estavam voltados à organização das obras filantrópicas e dos auxílios materiais, evitando a duplicidade de doações e, ao mesmo tempo, procurando conhecer a realidade do público atendido, “(...) o que demonstra uma percepção lógica e racional dos trabalhos sociais, o que não existia até aquele momento” (VIEIRA, 1984: 63).

A principal influente desse movimento nos Estados Unidos foi Mary Ellen Richmond (1861-1928) com muitas publicações traduzidas mundialmente, influenciando inclusive as assistentes sociais brasileiras nos anos 40 e 50. Sua obra mais conhecida “Diagnóstico Social” (*Social Diagnosis*) de 1917 teve grande repercussão em vista da I Conferência Internacional de Serviço Social em Paris em 1928. Sua experiência e estudos nasceram do período em que trabalhou nas C.O.S. onde percebeu a necessidade de preparação das visitadoras nos trabalhos de caridade. A criação de um curso em 1897 originou a primeira escola de Serviço Social em Nova Iorque, sendo incorporada à Columbia University como curso de graduação em 1940.

Tanto a visão mais ativista de Jane Addams quanto o método investigativo oferecido por Mary Richmond impactaram profundamente as assistentes sociais. O contexto de transformações societárias, principalmente após a quebra da bolsa de valores em NY em 1929 e a inauguração da política keynesianista apontaram novas modalidades de intervenção estatal sobre as expressões da Questão Social, impulsionando a expansão da profissão no mundo. Tal expansão se realizará no Brasil após a II Guerra Mundial no final dos anos 30, onde o debate norte-americano começará a influenciar o Serviço Social brasileiro, substituindo a formação de cunho exclusivamente religioso europeu, e assim impactando nos currículos das Escolas de Serviço Social e na intervenção profissional.

2. A Influência americana no Serviço Social brasileiro: o tecnicismo profissional

Novas exigências societárias e institucionais advindas do desenvolvimento capitalista a partir da década de 40 incentivaram as assistentes sociais brasileiras a exigirem a defesa



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



de um ensino e intervenção dentro dos modelos americanos, sugerindo que a profissão nesse país encontrava-se mais avançada em razão de sua elevada sistematização e análise de cunho psicossocial.

A ideia de que o Serviço Social se institucionalizou pelos caminhos da profissionalização da caridade e filantropia teve origem nos referenciais norte-americanos, seguindo a linha das pioneiras supracitadas, e no Brasil também, como verifica-se nas obras de Balbina Ottoni Vieira, Nadir Kfoury, Helena Iracy Junqueira, e outras no país. Tal tese foi facilmente absorvida pelas intelectuais e profissionais brasileiras em função das trocas de saberes, via bolsas de intercâmbios com os EUA, o que permitiu o ingresso sem muitas resistências das teorias positivistas funcionalistas.

Os impactos das teorias funcionalistas no Brasil refletiram no debate sobre o Serviço Social de Grupos e de Comunidade, sob interferência das experiências do Desenvolvimento de Comunidade, adaptadas da versão americana e inglesa de Organização de Comunidade. Reside nesses modelos de intervenção a continuidade da penetração das obras norte-americanas sobre as assistentes sociais brasileiras, dentro de um contexto histórico mundial com repercussões nacionais.

A intervenção de organismos internacionais no Brasil como a ONU e a OEA via programas de Desenvolvimento de Comunidade no final dos anos 40 e início dos 50 foi fundamental para a profissão, pois oferecia os aportes técnicos que as assistentes sociais necessitavam, sem no entanto, repudiar as influências neotomistas oferecidas pelas Escolas de Serviço Social desde os anos 30.

Para Aguiar (1995) tanto a conceituação de Serviço Social de Casos como o de Grupos deu-se a partir de obras americanas, como Mary Richmond em “Caso Social Individual” (*What is Social Casework?*), Hamilton Gordon em “*Theory and Practice of Social case Work*” e a tese do padre Terence J. Cook, “*Thomistic philosophy in the principles of social group work: a dissertation*”¹, demonstrando o alinhamento sem embates entre a filosofia humanista cristã ahistórica e as teorias funcionalistas em ambos os países. Com o Serviço Social de Comunidade também não foi diferente.

O Serviço Social brasileiro tomará para si o protagonismo de desenvolver as comunidades através da ideia de que ações coletivas e integradas entre o povo e os governantes seriam uma forma de superar o subdesenvolvimento, visto como entrave para o progresso social e econômico da nação. A ONU legitima esse espaço ocupado pelos

1 Segundo Antonio Aguiar, tal obra foi traduzida somente em espanhol e publicada pela Revista Servicio Social em 1951 em Lima, Peru.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



assistentes sociais criando uma Divisão de Assuntos Sociais como forma de impulsionar programas com esse recorte e mais, incentivará o papel preponderante da profissão através da promoção de eventos e de capacitações complementares aos mesmos.

Essa interferência resultou na valorização profissional, onde o assistente social se via como um agente de transformação; na criação do Serviço Social Rural através da Lei n. 2.631 de 1955² e na revisão curricular como forma de adaptar e atender às exigências internacionais e governamentais³. Ammann (1997) aponta que até 1951 a literatura adotada para a formação dos técnicos era toda produzida nos Estados Unidos, citando a obra “*Community Organization*” (1948) de Wayne Mac Millen como um dos textos adotado pelas escolas de Serviço Social.

A experiência de trabalho na área rural incentivará as primeiras produções intelectuais sobre esse assunto: “Educação dos grupos” (1957) de José Arthur Rios, “Introdução à Organização Social da Comunidade” (1958) de Balbina Ottoni Vieira e uma produção do Ministério da Agricultura intitulada “Missões Rurais de educação: a experiência de Itaperuna” (1952).

Porém, a adaptação teórico-metodológica de experiências norte-americanas de Organização de Comunidade veio combinada a uma perspectiva aclassista e acrítica, permeada de traduções literais que desconsideravam a impossibilidade de adequar premissas e técnicas às distintas e heterogêneas regiões no país. O próprio conceito de “comunidade” (*community*) traz ambiguidades quanto a ideia de coletividade, e ao mesmo tempo, faz referência à comunidade como mais uma clientela do Serviço Social, assim como os indivíduos e grupos. Outro ponto relevante é que os Estados Unidos já possuía tradição de iniciativa comunitária e privada, a exemplo dos Conselhos de Bem – Estar, sem intervenção direta dos organismos estatais, o que não pode ser comparado ao Brasil e seu processo histórico de intervenção estatal como forma de concessão de políticas e leis sociais aos trabalhadores.

A Organização de Comunidade americana centrava-se na habilidade profissional em otimizar recursos e no apoio à organização da população para atendimento das suas necessidades materiais, sob um complexo procedimento de investigação, pesquisa, diagnóstico, planejamento e execução (CASTRO, 2003), que demonstrava uma tentativa de definir “um método e um processo” (CARTER, 1972), sob extenso emprego da teoria, e que

2 Decorrente das primeiras experiências de Desenvolvimento de Comunidade nas áreas rurais como a aclamada experiência em Itaperuna (RJ)

3 Em 1944 a Escola de Serviço Social de São Paulo introduz a disciplina de Organização de Comunidade, que seria disseminada em outras escolas como revisão curricular, como proposta da ABESS em 1948.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80 ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

tornasse o Assistente Social especialista reconhecido. Contudo, identifica-se uma associação da Organização de Comunidade como mais um espaço sócio-ocupacional, onde os profissionais se diferenciavam pela técnica empregada, fosse de Casos, Grupos ou Comunidade. Não há indícios que o mesmo ocorreu no Brasil, talvez pelo fato do Desenvolvimento de Comunidade ter sido incorporado na formação como uma técnica e disciplina a mais nas Escolas de Serviço Social.

Não à toa que a educação foi a área que os assistentes sociais brasileiros mais deram enfoque e que permitiu a criação de experiências alternativas e críticas de Desenvolvimento de Comunidade, chamadas por Belfiore-Wanderley (1993) de práticas *heterodoxas* de Desenvolvimento de comunidade. Tais práticas, no entanto, não se desenvolveram em razão do golpe de 1964 e da instauração da autocracia burguesa no Brasil, só sendo revisitadas e repensadas durante o processo de redemocratização política e de reconceituação da profissão em meados dos anos 70 e mais concretamente nos anos 80.

No período ditatorial brasileiro (1964-1985) o Serviço Social procurará se adequar às propostas de modernização no país, seguindo a agenda dominante burguesa. Como forma de validar seu status profissional nesse novo momento, ele se aprofundará na busca pela revisão das práticas anteriores (caso, grupo e comunidade) conferindo-lhe uma operacionalização moderna, apoiada em práticas administrativo-burocráticas. A resposta do Estado autocrático virá na sua inserção no mundo universitário e acadêmico possibilitando a continuidade da interação com a sociologia, psicologia e antropologia e outros campos das ciências humanas, que embora já existissem desde os anos 50 no debate profissional, só se concretizaram na Ditadura, ampliando o acesso a outros saberes e disciplinas e permitindo que sua subalternidade intelectual começasse a ser superada.

Netto (2015) aponta que as influências teórico-ideológicas do cenário internacional como o suporte das ciências sociais e os projetos de assistência técnica financiados pelos países capitalistas centrais corroboraram para a continuidade das influências americanas e também católicas na formação e atuação profissional. Os discursos e debates presentes no Documento de Araxá (1962) e no de Teresópolis (1970) já expressavam uma preocupação em romper com a exclusividade do Serviço Social Tradicional, de base confessional. Mesmo não o fazendo, o que o autor chama de *transformismo*, objetivava-se nesses encontros conferir um aspecto moderno à intervenção profissional, ainda sob a perspectiva de desajustamentos familiares e sociais, mas agora partindo da premissa da *globalidade*, ou seja, um olhar global do Homem, integrado ao seu sistema social:



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



(...) sai-se do campo ético do neotomismo para o terreno teórico do estrutural-funcionalismo – a *globalidade* é a perspectiva das relações sistêmico-integrativas de indivíduo e sociedade. (Netto, 2015: 220)

No Documento de Araxá eram enfatizadas as necessidades de uma revisão das funções da profissão em dois níveis: o da micro e da macroatuação. O primeiro refere-se ao seu caráter operacional, da prestação de serviços em si, já comuns ao profissional. Já o nível macro é tratado como as funções no nível do planejamento para o desenvolvimento da “infraestrutura social”, associada a programas de saúde, habitação e serviços sociais. O autor supracitado aponta ainda que a infraestrutura social era dividida da “infraestrutura econômica e física”, numa clara representação da sociedade em subsistemas atribuídos à visão do neopositivismo norte-americano.

O discurso da funcionalidade das ações do Serviço Social à época, sem qualquer alusão aos debates macro-societários e de crítica à sociedade capitalista, é expresso atualmente. Verifica-se a incorporação de demandas que fogem à competência profissional e a cobrança pelas Instituições empregadoras de respostas rápidas pelos assistentes sociais. Em vista disso, muitos têm procurado formações complementares de cunho puramente técnico, o que lhe confere um papel *tecnicista-burocrata* e bastante pragmático, ou em capacitações ligadas a teorias de corte psicologizante e que contribuem para a fragilização da identidade profissional com clara retomada do conservadorismo, já superado.

Tais reflexões me parecem pertinentes para a agenda profissional, no sentido de pesquisar sobre as atuais e reais influências americanas no Serviço Social brasileiro.

Considerações Finais

Vivemos numa conjuntura do pragmatismo, sendo este uma representação da imediatividade do mundo burguês e que incide nas relações sociais e profissionais, principalmente as de caráter interventivo. Guerra (2013) percebe uma invasão do pragmatismo no marxismo e que rebate fortemente para o Serviço Social:

Nesta abordagem, assim como no Serviço Social, há uma supervalorização da prática, identificada



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



como pura experiência, dos hábitos e costumes que serão verdadeiros se bem-sucedidos e se servirem à solução imediata de problemas. O pragmatismo é também responsável pelo profundo desprezo que, em geral, alguns profissionais sentem por uma teoria crítica, não por qualquer saber, não pelo saber prático-instrumental, mas por aquele que efetivamente busca os fundamentos e, por isso, nem sempre se reverte em respostas imediatas. (p.42)

A atual conformação do mundo do trabalho exige ao trabalhador a busca por respostas rápidas e espontâneas como forma de atender e se legitimar frente as demandas institucionais, analisando as expressões da Questão Social como fenômenos isolados, e não como resultados da luta de classes e do modo de produção e reprodução do capital, o que indica uma revisão das vertentes conservadoras na profissão de base positivista norte-americana, presentes nos anos 40, 50 e 60, mas já superadas via movimento de reconceituação e de leitura da realidade pela teoria social crítica.

Os rebatimentos profissionais já se fazem presentes atualmente: ecletismo teórico, a banalização e burocratização da prática, atuando cada vez mais pela via da ajuda psicossocial e individualização dos problemas, numa clara retomada ao *Serviço Social de Casos*, dentro de um processo de despolitização da profissão o que pode contribuir profundamente para desconstrução da identidade profissional.

O rompimento do caráter confessional, que ainda permanece no imaginário coletivo sobre o Assistente Social, ao invés de caminhar para a concepção do profissional “como aquela que defende direitos” (ORTIZ, 2010) passa a se misturar ao técnico *tarefa* e que responde rapidamente às demandas que lhe são postas ou impostas. Esse caminho se apresenta perigoso na atual conjuntura de crise do capital tanto à profissão quanto ao projeto societário do qual ela se alinha.

Verifica-se a necessidade de pesquisas acerca dos referenciais teórico-metodológicos utilizados pelos assistentes sociais nos diversos espaços sócio ocupacionais, como forma de investigar se existe uma tendência de retorno ao conservadorismo e, mais precisamente, do funcionalismo positivista no exercício profissional. Além disso, nota-se a importância em conhecer mais detidamente a cena profissional norte-americana, como possibilidade de analisar nuances de influência no serviço social brasileiro.

Referências Bibliográficas

ADDAMS, JANE. *Twenty Years at Hull-House with Autobiographical Notes*. New York: The MacMillan Company, 1912 (c.1910). Disponível em: <<http://digital.library.upenn.edu/women/addams/hullhouse/hullhouse.html>>. Acesso em set. 2015



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



AGUIAR, Antonio Geraldo. Serviço social e filosofia: das origens a Araxá. São Paulo: Cortez, 1985.

BELFIORE-WANDERLEY, M. Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

CASTRO, M. Manrique. História do Serviço Social na América Latina. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CARTER, Genevieve W. Métodos e Processos do Serviço Social de Organização de Comunidade. IN: FRIEDLANDER, W. A. Conceitos e Métodos de Serviço Social. Tradução de Evangelina Leivas. Rio de Janeiro: Agir, 1972.

CARVALHO, M. I. Contracorrentes em tempos de tempestade: o pensamento de Jane Addams e Mary Richmond no Serviço Social. In: Revista Em Pauta (UERJ). v. 10, n. 29, Rio de Janeiro: 2012, p. 157-169. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>>. Acesso em set. 2015.

FALEIROS, V. P. A Política Social do Estado capitalista. São Paulo: Cortez, 1980.

GUERRA, Y. A. D. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. In: Revista Katalysis (UFSC). v. 06, n. esp., Florianópolis: 2013, p. 39-49.

IAMAMOTO, Marilda V. A Questão Social no Capitalismo. Revista Temporalis, ABEPSS, Ano II, n. 3, 2001, p. 9-31.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, R. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez. 1982.

LOPES, Ilda. Redescobrimo o pensamento Richmondiano: Diagnóstico Social. In: Revista Em debate (PUC-Rio). n. 04. 2006. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>. Acesso em set. 2015.

NETTO, J. P. Serviço Social e Ditadura: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 17ª edição. 2015.

ORTIZ, F. S. G. Serviço Social e Ética: a constituição de uma imagem social renovada. In: Valeria Forti; Yolanda Guerra. (Org.). Ética e Direitos: ensaios críticos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, v. , p. 123-137

SIMÕES, P. A profissionalização do serviço social: debate internacional. In: XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, 2004, Caxambu. XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, 2004.

VIEIRA, Balbina Ottoni. Precursores e Pioneiros. Rio de Janeiro: Agir, 1984.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
**SERVICO
SOCIAL
NO BRASIL**

VIEIRA, Balbina Ottoni. História do serviço social: contribuição para a construção de sua teoria. Rio de Janeiro: Agir, 5 ed. 1989.